

## **A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica\***

---

*Os objectivos do artigo são: (1) debater a actualidade dos problemas relativos à teorização da relação social de investigação (RSI) e ao uso social do conhecimento científico (USC) no contexto da reflexão epistemológica realizada em Portugal no campo da Sociologia; (2) ilustrar com uma reflexão metodológica sobre as estratégias etnográficas de investigação (EEI) o modo como se pode construir conhecimento teorizando a estrutura e a actuação da/na RSI, sem excluir a possibilidade de a teoria se «sensocomunizar».*

*Os dois problemas em debate são abordados numa perspectiva que considera a objectivação do olhar sociológico como uma acção investigativa que contém a reflexividade dos actores sociais e do investigador no trabalho de campo, a fim de minimizar os riscos de redução etnocêntrica, realista e intervencionista da análise. No final, apresenta-se um modelo de interpretação da acção etnográfica que permite esboçar uma teorização da RSI no quadro das EEI que pretendem não excluir o senso comum da produção de novos conhecimentos sobre o real.*

A reflexão epistemológica e metodológica em Sociologia realizada em Portugal, tem colocado na ordem do dia, desde meados da década de 80, dois problemas centrais: o da *relação social de investigação (RSI)* e o da *utilização social do conhecimento científico (USC)*. É à luz destes dois problemas que procuraremos neste texto reflectir sobre o uso de metodologias etnográficas de investigação em ciências sociais, utilizando como filtro desta abordagem, não só mas também, a nossa experiência de trabalho de campo com professores (Caria, 1997a), no âmbito da Sociologia e Antropologia da Educação e da Sociologia das Profissões.

Pretendemos retomar e desenvolver algumas das dimensões já abordadas na reflexão metodológica que realizámos sobre aquele trabalho de campo (*ibidem*: 52-111). Assim, importará esclarecer que utilizamos o conceito de etnografia enquanto descrição do processo de recolha de dados empíricos durante um período de tempo prolongado, que utiliza como instrumento central a observação participante num contexto local específico, acompanhando o quotidiano de vida de um grupo social particular. No caso,

---

\* Publicado na *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº 55, Novembro 1999, pp. 5.36.

tratou-se de um trabalho etnográfico que decorreu durante dois anos lectivos numa escola do 2º e 3º ciclos do ensino básico, em que o investigador acompanhou o quotidiano de trabalho dos professores.

A investigação envolveu características que consideramos relevantes para o modo como conceptualizamos o processo de construção do conhecimento científico: (1) o investigador foi tido como um «estranho competente», isto é, alguém que apesar de ser exterior ao grupo é reconhecido como detendo competências naquilo que é culturalmente específico ao grupo (o trabalho de ensinar e de gerir uma escola); (2) o grupo possuía capacidades para se aproximar da racionalidade científica do investigador, dados os seus elevados capitais escolares. Assim, existia um amplo espaço de potenciação da reflexividade entre os universos simbólicos das duas partes, facto que tornou a investigação mais permeável à influência dos etnocentrismos iniciais de cada um e aos efeitos das desigualdades culturais.

No primeiro ponto deste texto descreveremos os pressupostos epistemológicos que orientam a nossa perspectiva de análise, identificando os contornos dos dois problemas acima referidos. No segundo ponto explicitaremos o sentido que atribuímos ao trabalho etnográfico, através da identificação daquilo que designamos como processos interculturais de construção do conhecimento. No final apresentaremos um modelo de interpretação da nossa experiência de trabalho de campo, descrevendo os instrumentos conceptuais que desenvolvemos para essa tarefa.

## **1. Os problemas em debate**

### **1.1. Actualidade do problema da RSI**

Pensamos que o essencial do problema da RSI foi discutido por Madureira Pinto numa série de três artigos publicados na revista *Cadernos de Ciências Sociais* em 1984/85. Partindo de um posicionamento metodológico crítico do modelo prático positivista de fazer ciência social, o autor procurava «definir os contornos principais de uma teoria sociológica da observação sociológica» (Pinto, 1984b: 8-9).

Madureira Pinto começa por argumentar - na sequência de anteriores trabalhos com João Ferreira de Almeida (Almeida e Pinto, 1980) em que definiam as ciências sociais como matrizes de problemas ideológico-teóricos - que não há procedimentos

técnico-metodológicos neutros, isto é, não há recolha e análise de dados empíricos que não tenha por detrás pressupostos substantivos provisórios ou indemonstráveis e esquemas de raciocínio ou teorias/ideologias que se visa contestar e/ou reafirmar (Pinto, 1984b: 11-13). Segundo o autor, esta posição tem, no entanto, o risco de desenvolver na Sociologia uma excessiva propensão teoricista que leva à desvalorização dos procedimentos e saberes técnico-operacionais do trabalho empírico e a bloqueamentos nos processos de construção do conhecimento, pois passa-se a demonstrar apenas o que se quer encontrar e não o que se quer refutar (*ibidem*: 16-17).

Contestando o teoricismo sociológico, Madureira Pinto (*ibidem*: 18-19) afirma que «a pesquisa observacional não está impedida de influir, ela própria, no desenvolvimento das matrizes teórico-científicas», pois ela contém «uma dinâmica não intencional que promove soluções impensadas» embora compatíveis com a matriz original de problemas. Assim, os bloqueamentos teoricistas existentes poderiam ter soluções que permitissem superar o hiato entre a teoria e a pesquisa empírica. As soluções geralmente encontradas, e criticadas pelo autor, são a do indutivismo e a do empiricismo, ambas desvalorizadoras do uso da teoria no trabalho de campo (*ibidem*: 24-27). A alternativa, segundo o mesmo autor, seria a de promover o eclectismo no uso dos instrumentos tecnológicos de recolha de dados e a de promover a integração da teoria (a de médio alcance ou auxiliar) na reflexão metodológica (na articulação entre as teorias mais abstractas e estruturais e os dados), conjugando preposições substantivas com preposições processuais e com operações de medida e classificação da realidade (*ibidem*: 27-31). Tratar-se-ia de desenvolver uma epistemologia «racionalista alargada» que permitisse teorizar (papel das teorias auxiliares de investigação) as situações e condições de pesquisa empírica, a fim de poder objectivar o olhar sociológico de análise, através da análise do processo de interacção social no terreno. Esta teorização supõe conceber «a dialéctica observador/observado como uma relação socialmente estruturada», isto é, uma relação social de investigação (RSI) (Pinto, 1985a: 32-37).

Por fim, Madureira Pinto (1985a: 27-28; 1985b: 135-136) alerta-nos para as limitações das problemáticas teóricas ligadas ao interaccionismo simbólico, à etnometodologia e à etnologia, no modo como interpretam a RSI. Afirma que estas correntes substituem as teorias auxiliares pelos relatos cronológicos da experiência de campo, pelas idiosincrasias biográficas, pela descrição dos padrões de interacção e das

estratégias simbólicas dos actores sociais perante o investigador, como se os problemas do poder, das desigualdades de recursos simbólicos e da legitimidade dos discursos produzidos estivessem ausentes na interacção social que medeia a investigação.

Pensamos que este alerta não nos deve levar a desprezar a tradição do interaccionismo simbólico, da etnometodologia e da etnologia relativamente ao modo como também teorizam o processo de construção do conhecimento no terreno. Não se trata de teorias com finalidades analíticas estruturais e por isso não são particularmente adequadas para revelar o «inconsciente científico». No entanto, a ênfase que estas correntes teóricas dão às dimensões interculturais no terreno, relativizando o papel central da ciência na produção de conhecimento social legítimo (Lapassade, 1991), revela-nos como estão especialmente atentas aos aspectos dinâmicos da construção do conhecimento (à tal dinâmica observacional, referenciada atrás em Madureira Pinto). Essa focalização permite, do nosso ponto de vista, uma reflexividade que não corre o risco de se transformar num projecto narcisista, de análise do sujeito sobre o sujeito (Bourdieu e Wacquant, 1992: 49-52; 175-177; 182-184), pondo em evidência os aspectos relacionais, intersubjectivos e interactivos presentes no trabalho de campo.

Nos trabalhos que publicámos sobre a nossa experiência de campo (Caria, 1994; 1997a: 22-110; 1997b) mostrámos como fomos introduzindo estas orientações no modo como reflectíamos e concebíamos a nossa estratégia de investigação. Sintetizando, colocávamos a seguinte pergunta: se partirmos do pressuposto que o principal objectivo da conceptualização da RSI é o de ser um instrumento para superar o hiato entre as linguagens teóricas e de pesquisa; se se reconhece existir neste hiato uma dialéctica e uma dinâmica não intencional, como se pode dispensar absolutamente os contributos das correntes teóricas que procuram formalizar e reflectir sobre essas dinâmicas? A resposta só pode ser uma: pode-se, caso o eclectismo metodológico não seja, de facto, levado à prática nos processos concretos de investigação, isto é, caso nos processos de construção do conhecimento sociológico se caia no erro teoricista de escamotear o hiato entre teoria e pesquisa, acabando-se por apenas verificar o que já se tinha como provado no início da investigação. Caso assim seja, perde-se a oportunidade para objectivar o olhar sociológico e contribuir para desenvolver uma ciência social do conhecimento em ciências sociais. Com efeito, se o hiato entre teoria e pesquisa

empírica for ignorado, em favor da teorização, o acto de observação transforma-se em algo inquestionável.

Como analisar a RSI, nos seus aspectos dinâmicos, interactivos e simbólicos, sem hipotecar a análise das dimensões estruturais? A resposta a esta questão será formulada adiante (ponto 3) num modelo de interpretação do trabalho etnográfico de investigação que pretende contribuir para o desenvolvimento de uma teoria auxiliar à análise da acção investigativa em ciências sociais. Elegemos a etnografia porque consideramos que esta metodologia de investigação tem especiais virtualidades para responder à questão da teorização do acto de observação dado o seu tradicional eclectismo tecnológico e fuga ao teoricismo (Burgess, 1997; Lapassade, 1990).

## **1.2. Actualidade do problema do USC**

Convirá, entretanto, delinear os contornos do segundo problema que tem estado na ordem do dia da reflexão epistemológica em Sociologia, em Portugal: o do uso social do conhecimento científico (USC). Neste particular destacamos as contribuições dos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos de finais dos anos 80 (Santos, 1987, 1989).

O autor começa por descrever a crise do paradigma científico vigente (Santos, 1987: 23-35) e daí aponta as principais características de um novo paradigma científico, emergente (*ibidem*: 36-58). Entre as características referidas algumas têm particular interesse, pois ligam-se directamente ao que atrás discutíamos: «o objecto [do conhecimento científico] é a continuação do sujeito por outros meios»; «o conhecimento sobre o objecto é auto-conhecimento» (*ibidem*: 50). O facto de se recusar a separação estanque entre sujeito e objecto leva a que o autor enuncie a possibilidade de a ciência social se poder articular com um novo senso comum («sensocomunizar-se»), uma vez que este dispõe de virtualidades que, em parte, são solidárias com as orientações epistemológicas de um novo paradigma de ciência (*ibidem*: 55-58).

A identificação das virtualidades pós-modernas do senso comum leva Boaventura de Sousa Santos (1989: 43-44) a considerar que a atribuição de conotações apenas negativas ao senso comum é uma forma de etnocentrismo científico. Esta formulação contém atrás de si uma interrogação central: para que serve a ciência?

O projecto de Boaventura Santos é o de romper com uma visão exclusivamente contemplativa da análise e exclusivamente instrumental da tecnologia, ligando a verdade do conhecimento a um registo pragmático em que a análise se centra no acontecer e não no acontecimento (*ibidem*: 53-54). Pretende-se reconciliar a verdade científica da ciência com a verdade social da ciência: «a verdade acontece a uma certa ideia na medida em que ela contribui para acontecer os acontecimentos por ela antecipados» (*ibidem*: 47-48; 53). Promove-se um conhecimento transformado que permite pensar as possibilidades de transformação da realidade social, «ultrapassando o relativo fracasso da investigação-acção» (*ibidem*: 53). Neste quadro, afirma-se que não é o conteúdo em si do conhecimento de senso comum que se constitui em obstáculo epistemológico ao desenvolvimento das ciências sociais, mas antes a prática e as relações sociais que reproduzem as desigualdades, introduzindo efeitos de naturalização, individualização, realismo ou de etnocentrismo no conhecimento, que estão associados às relações de poder quotidianas (*ibidem*: 52).

Subscrevendo de certo modo a tradição epistemológica racionalista, o autor considera que continua a existir a necessidade de a ciência social operar uma 1ª ruptura com o senso comum de modo a construir categorias de análise suficientemente distantes dos interesses parciais e imediatos dos actores dominantes nas relações sociais. No entanto, para que esta 1ª ruptura não hipoteque a possibilidade de reintroduzir as preocupações de intervenção e de transformação sociais no campo científico, permitindo a reconciliação deste com o senso comum, considera que importa operar uma 2ª ruptura epistemológica que rompa com a primeira, de modo a que na prática científica não se naturalizem as diferenças culturais e simbólicas, que tornam os actores sociais desiguais e que, por este meio, se visa contrariar. Afirma que «não é um regresso ao ponto inicial, mas sim operar uma transformação do senso comum e da ciência», simultaneamente, pois «a ciência só pode saber como se faz (preocupação da 1ª ruptura) se souber o que pode fazer» na/da sociedade (preocupação da 2ª ruptura) (*ibidem*: 45; 54).

Colocado o problema da USC nestes termos, pensamos poder afirmar que a 1ª ruptura epistemológica está subordinada à 2ª, ainda que cronologicamente a ordem possa ser inversa. Sem uma clara resposta às preocupações que orientam epistemologicamente a 2ª ruptura não bastarão as boas intenções do investigador, por

exemplo na divulgação científica, para assegurar que qualquer modalidade de 1ª ruptura permita uma 2ª ruptura: o modo como se faz ciência contém implicitamente uma resposta à pergunta de saber para quem se faz ciência. Sendo assim, o uso social que se faz da ciência não é uma questão exterior ao campo científico, porque este uso está relacionado com o modo como a ciência foi construída, anteriormente, nesse mesmo campo e nele é usada.

A principal interrogação que esta formulação do problema do USC nos coloca é a de saber se ao subordinarmos a 1ª ruptura à pergunta que origina a 2ª ruptura não dissolveremos a autonomia relativa do campo científico, hipotecando a possibilidade de obter uma primeira ruptura com o senso comum. Caso haja esta dissolução, daremos um passo atrás no desenvolvimento da ciência social, porque tomaremos as nossas representações ideológicas da realidade como verdades científicas comprovadas; tomaremos a nossa perspectivada realidade como a melhor realidade, sem conseguir entender outras perspectivas que com ela coexistem e dependem para poder fazer acontecer a transformação social. A caminhar neste sentido perderemos capacidade analítica e, na prática, perderemos também a capacidade de intervenção social, mais esclarecida e reflectida.

### **1.3. Resistência à mudança**

As respostas para os problemas discutidos poderão ser obviamente variadas e os respectivos riscos e dilemas também. No entanto, pensamos que a teorização das *estratégias etnográficas de investigação* (EEI) dão uma resposta original para as interrogações colocadas. Pretendemos desenvolver esta perspectiva porque, como tivemos oportunidade de fundamentar num outro trabalho (Caria, 1994), quando as EEI visam compreender o universo cultural do outro e quando relativizam o ponto de vista científico-cultural da ciência instituída, questionando directamente a legitimidade da posição social do cientista social, estão em ambas as dimensões a lidar com os dois problemas que atrás enunciámos.

O questionamento da legitimidade social do cientista social entronca directamente com o problema da RSI, pois introduz a interrogação sobre as possibilidades de objectivação do olhar sociológico sobre a realidade. A relativização do universo cultural da ciência entronca com o problema das USC, pois interroga as

possibilidades de superar o etnocentrismo científico e por esta via «sensocomunizar» a ciência. Neste contexto, por via da etnografia permite-nos evitar «fecharmo-nos» na contemplação analítica ou nos axiomas ideológicos sem comprovação empírica, colocando-nos necessidade de perguntar sobre as finalidades dos trabalhos de investigação realizados.

Mas se os problemas enunciados parecem ter bastante actualidade, qual o lugar que ocupam na «economia» dos textos académicos de investigação? Numa visão superficial sobre o que tem sido publicado em Sociologia em Portugal - veja-se por exemplo o tipo de temáticas abordadas nos Congressos de Sociologia (Lobo, 1996) e o tipo de artigos publicados (Casanova, 1996)<sup>1</sup> - diríamos que, paradoxalmente os problemas da RSI e da USC têm ocupado em Portugal um lugar marginal na produção sociológica. A título de ilustração veja-se o nosso comentário crítico ao livro de Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados*, e a resposta que o autor nos dá, bem elucidativa do ponto de vista vigente, de que na «economia» dos trabalhos de investigação empírica a reflexão epistemológica tenderá a ser feita fora dos produtos de investigação mais consagrados, fora dos textos legítimos de investigação (Caria, 1997c; Silva, 1997). Quando tem um lugar mais relevante e visível, a reflexão epistemológica e metodológica ocorre predominantemente em forma de manuais que tendem, quase sempre, a descontextualizá-la da prática científica, esquecendo-se que não existem métodos mas sim metodologias (Almeida e Pinto, 1980).

Parece assim que a actualidade dos problemas referidos não é suficiente para que eles ocupem um lugar central na produção científica. Aparentemente situamo-nos numa conjuntura em que: (1) os problemas existem, diríamos que existe a consciência prática da sua existência; (2) começaram por ser tratados no plano mais geral e abstracto, diríamos que existe já uma consciência ideológica que permite posicionar-nos perante eles (fruto da «conjuntura intelectual» pós-moderna); (3) mas persiste-se em não contextualizar os problemas enunciados na reflexão sobre os processos concretos de investigação dado faltar, supomos, uma consciência discursiva (uma teoria auxiliar) que

---

<sup>1</sup> A propósito veja-se como nos recentes trabalhos de balanço sobre a investigação sociológica em Portugal (nº 52/53 da *Revista Crítica de Ciências Sociais* e no livro *Portugal, que modernidade?* organizado por Viegas e Costa, 1998) a reflexão metodológica e epistemológica volta a ser totalmente preterida em favor das preocupações substantivas de produção do conhecimento, como se as duas dimensões do trabalho científico pudessem existir independentemente uma da outra.

permita articular a prática científica com os posicionamentos epistemológicos dos actores no campo da Sociologia e de outras Ciências Sociais.

Os riscos já apontados, de potencial diluição da autonomia relativa do campo da Sociologia e de questionamento sobre as condições e limites da objectivação da prática científica, são duas razões prováveis para estas aparentes resistências à mudança. De facto, estes riscos fragilizam os processos de institucionalização e de «normalização» da Sociologia, colocando-a numa posição de aparente desvantagem face a outras ciências com que compete.

Os consensos pragmáticos existentes em Portugal (Pinto, 1992), onde os conflitos de legitimidade na produção científica parecem estar ausentes do espaço público da Sociologia, evidenciam o estado de «normalização» da Sociologia e por aí reforçam as posições defensivas e de resistência face aos problemas atrás colocados. O debate que tivemos com Resende e Vieira (Resende e Vieira, 1993; 1995; Caria, 1995), é um bom exemplo de como a tentação maior e primeira é a de excluir do campo científico tudo aquilo que não se apresenta na forma e no estilo dominantes, em lugar de aceitar o debate sobre as fronteiras da ciência e da Sociologia e sobre os espaços de intercepção das práticas científicas com outras práticas sociais.

#### **1.4. Novos interlocutores**

Pensamos que, dentro da conjuntura descrita, não podemos recusar a reflexão sobre o espaço de autonomia que os actores sociais concretos - os sociólogos-investigadores - têm no quadro dos constrangimentos histórico-institucionais apresentados. Esta autonomia poderá ser objectivável nos trajectos profissionais. Assim poderemos perguntar: que sentido tem interrogarmo-nos sobre «o para quê» de um trabalho concreto de investigação se os nossos interlocutores legítimos apenas são sociólogos universitários, para os quais as finalidades da Sociologia estão justificadas por si próprias com a sua institucionalização universitária? Que sentido tem interrogarmo-nos sobre as condições de objectividade do olhar sociológico, se o ensino da Sociologia for exclusivamente centrado na reprodução do corpo profissional de sociólogos-investigadores?

Julgamos que quanto mais central, no campo da Sociologia, é a posição e trajectória de um actor social concreto menos as interrogações atrás enunciadas ganham

sentido. Pelo contrário, quanto mais periférica é a posição e trajetória no campo (cursos em que se lecciona e instituições universitárias a que se pertence) mais os sociólogos-investigadores são confrontados, nos seus processos de profissionalização, com a necessidade de justificar a sua ciência a outros e por isso mais disposições desenvolvem para terem uma consciência prática e/ou ideológica sobre a actualidade dos dois problemas enunciados no início deste texto.

A reflexão sobre os processos de profissionalização da Sociologia é pois uma parte importante das metodologias de análise que podemos accionar para mais facilmente fazermos uma aproximação aos problemas da RSI e do USC. Aqui o panorama da reflexão sociológica em Portugal parece-nos mais animador, pois a abordagem ainda pioneira de António Firmino da Costa, no 1º Congresso de Sociologia, parece ter tido alguma continuidade (Costa, 1988). Mais especificamente, teve continuidade numa brochura publicada pela secção do campo profissional da Associação Portuguesa de Sociologia (Valente *et al.*, 1990) e retomada recentemente na forma de livro com algumas outras contribuições (Carreiras *et al.*, 1999) e em outros trabalhos de diversos autores, ainda que bastante dispersos no tempo (Machado, 1996; Ruivo, 1987; Silva 1987). Comparativamente, parece-nos que a actividade de ensino da Sociologia, portanto de reprodução do corpo de especialistas da disciplina, tem tido uma atenção reflexiva mais regular e continuada (Almeida, 1992; APS, 1999; Guerreiro, 1987; Machado, 1993; Pinto, 1984a, 1994; Stoer e Esteves, 1992).

Sintetizando, pensamos que o desenvolvimento conjunto da reflexão epistemológica e metodológica no âmbito da investigação empírica depende de três factores: (1) da sua integração nos textos e discursos legítimos da Sociologia, que contextualizam as orientações epistemológicas em práticas científicas materializáveis, combatendo-se a sua marginalização em textos não consagrados ou descontextualizados das condições da prática científica; (2) da posição e trajetória profissionais dos sociólogos face ao campo da Sociologia, legitimando-se o protagonismo daqueles que se encontram numa situação social de fronteira interdisciplinar, interna ao campo universitário, ou de fronteira entre o campo universitário e outros campos sociais; (3) das interrogações e confrontos que outros profissionais, nos seus processos de formação contínua, colocaram às ciências sociais, questionamentos que, sendo reconhecidos como

legítimos pelos sociólogos, nos seus processos de profissionalização, os convocam a interrogar-se sobre as finalidades do conhecimento que constróem.

Mais especificamente sobre este último factor, importará destacar o tipo de reflexão profissional, pioneira, desenvolvida por Manuel Ruivo (1987). Para responder à interrogação sobre o USC, o autor recontextualiza o conhecimento sociológico no âmbito do campo empresarial, tendo em vista reunir as condições para que este possa ser reapropriado pelos actores sociais de quem depende o desenvolvimento das lógicas sociais que enquadram o universo simbólico do quotidiano empresarial. O mesmo tipo de abordagem, de procura de articulação da produção científica com a reflexão sobre os saberes comuns dos actores sociais, tem vindo a ser por nós desenvolvido para o campo da educação e para o exercício profissional dos professores, procurando traduzir os problemas teóricos da Sociologia em problemas práticos e vice-versa (cf. Caria, 1992a; 1992b; 1997a: 114-133).

Em conclusão, pensamos que os problemas da RSI e do USC apenas poderão ter uma resposta cabal se a Sociologia se pensar, repensando quais são os seus interlocutores legítimos, isto é, a quem se dirige, para quem faz ciência e como daí decorre o modo como se faz ciência social. Fazemos ciência social apenas para os sociólogos? Fazemos ciência social para legitimar decisões e práticas político-jurídicas e novos e velhos discursos «críticos» sobre a realidade social? Ou fazemos ciência social para estimular a capacidade reflexiva e estratégica dos actores sociais que, em contexto, aspiram a mudanças institucionais ou a transformações nas relações sociais (a começar pelas próprias práticas científicas dos sociólogos)?

A nossa resposta é a de que a ciência social se deve dirigir preferencialmente aos actores sociais para os abordar nas suas capacidades reflexivas e estratégicas de acção crítica, em contexto, e não apenas para reproduzir novos e velhos discursos abstractos, críticos da acção de outros. O recente trabalho de Elísio Estanque e José Manuel Mendes (1998) sobre as classes sociais mostra-nos como o lugar de classe ocupado pelos técnicos não gestores tem um importante alcance estratégico quando pensamos sobre novos interlocutores para a ciência social. Trata-se da localização de classe que tem as representações sociais mais críticas da ordem social dominante em Portugal e que, ao mesmo tempo, é capaz, dados os seus elevados capitais cultural e escolar, de se apropriar dos produtos da ciência e usá-los em contexto.

Julgamos que a Sociologia, a caminhar neste sentido estará em melhores condições de perceber que «sensocomunizar» as ciências sociais não é apenas fazer divulgação científica através de textos de fácil leitura. É aprender a legitimar o conhecimento científico na interacção com aqueles que têm outras lógicas de interpretação e de acção. É, portanto, fazê-lo para fora do campo universitário, através de uma metodologia que permita entender o outro, sem com isso confundir a posição do analista com a do militante social (Morin, 1994). É neste quadro que se justifica pensarmos o desenvolvimento das EEI como metodologia que permite mais facilmente responsabilizarmo-nos pelo uso que se faz dos produtos da ciência.

Julgamos que o percurso que aqui traçámos é equivalente àquele que tem sido preconizado por João Arriscado Nunes (1996), no que se refere à *esteticização da teoria social*. No nosso caso, trata-se de desenvolver uma teoria social que permita, como dissemos atrás, citando Boaventura de Sousa Santos, *sensocomunizar* a teoria social: evidenciar o quotidiano cognitivo-expressivo contido no processo de construção da investigação sociológica<sup>2</sup>, para melhor conseguir dialogar com os saberes de senso comum, a começa por aqueles que se materializam nos processos interactivo, de investigação.

## **2. O processo de construção**

### **2.1. Racionalizar a experiência de campo**

Procurámos na nossa experiência de trabalho etnográfico integrar estas orientações epistemológicas e chegara um modelo de interpretação das metodologias etnográficas de investigação que permitisse reflectir, conceptualmente, sobre as experiências acumuladas, com suficiente nível de generalidade e abstracção (Caria, 1995; 1997a; 1997b). A finalidade que está por detrás deste objectivo é a de permitir evidencia as dimensões subjectivas, procedimentais e dinâmicas do trabalho de campo, de modo a que estas não sejam ocultadas, esquecidas ou remetidas apenas para textos «íntimos» (Lourau, 1988), exteriores ao trabalho científico de reflexão metodológica.

Mais do que uma intenção de exclusão, julgamos que, a estas dimensões do trabalho científico em ciências sociais, falta uma linguagem, um código que organize as

suas significações, sentido e estrutura de acção, que permita obter reconhecimento social e lutar pela legitimidade desta dimensão de análise no campo da Sociologia e das ciências sociais em geral. Trata-se de encontrar uma linguagem conceptual que organize e dê sentido à experiência pessoal de trabalho de campo, de modo a que a sua escrita não se feche sobre si própria, reificando os seus textos (Perrot e Souclière, 1994), e de modo a que não se esqueça que a experiência de trabalho decampo é parte integrante da construção do objecto de investigação e, portanto, também parte do trabalho teórico e analítico sobre a realidade social e cultural estudada (Kilani, 1994).

Na falta de um trabalho teórico, suficientemente desenvolvido, que possibilite produzir esta linguagem conceptual-abstracta, através de um raciocínio eminentemente dedutivo, procuraremos neste texto articular procedimentos dedutivos e indutivos, que permitam esclarecer, de modo ainda predominantemente descritivo e tipológico, as múltiplas ligações entre os planos mais abstractos e os mais práticos que orientaram o trabalho etnográfico de investigação. Dito noutros termos, pretendemos identificar um modelo de acção/análise para o trabalho de observação participante.

Abordaremos as dimensões subjectivas e pessoais do trabalho de campo, ainda dentro de um registo que possa ser reconhecido como científico. Assim, não concordamos com aqueles que apresentam a reflexão sobre o trabalho de campo e sobre o processo de construção dos objectos de investigação como algo qualitativamente diferente de todas as outras metodologias de investigação em ciências sociais, como se as outras pudessem ser aprendidas em manuais e esta, pelo contrário, apenas pela prática do fazer (Bali, 1990). Distanciamo-nos também daqueles que partem do pressuposto que só é possível racionalizar as dimensões experienciais do trabalho decampo através de uma linguagem próxima da literatura ou pelo desenvolvimento de competências do foro artístico (Wolcott, 1995). Inspirando-nos em Augusto Santos Silva (1994), mas invertendo o seu raciocínio, diríamos que pretendemos lançar «luzes» sobre uma zona do trabalho científico que se encontra geralmente na sombra, desde que, acrescentaríamos nós, nessa luz não se deixe também de ter em conta o «reflexo» que o autor produz na realidade social e cultural em estudo, quando também se vê nela inserido como parte do objecto.

---

<sup>2</sup> No trabalho original que serve de referência principal a este texto, chamámos a este processo *culturalização da teoria e teorização da cultura* (Caria, 1997a: 4-21).

Do nosso ponto de vista, todas as metodologias são aprendidas pela prática do fazer, todas têm dimensões subjectivas e pessoais de experiência, todas necessitam de desenvolver, no seu processo de construção, procedimentos indutivos ou habilidades e saberes tácitos, e em todas o investigador precisa de desenvolver capacidades de «permutar posições» para encontrar hipóteses alternativas de explicação. Em rigor, em todas as metodologias o investigador é o instrumento metodológico central, pois em todas elas é o autor que constrói o objecto, que constrói as relações e os procedimentos que permitem ligar teoria a factos. Na perspectiva epistemológica racionalista de que partimos, a realidade é construída, não é um dado imediato. A etnografia tem grande vantagem de tornar estas dimensões da ciência mais visíveis para o autor e para a sua comunidade científica de referência. Também por isso a etnografia corre maior risco de ser excluída ou auto-excluída para a periferia do campo científico, pelo menos do ponto de vista daqueles que continuam a ter uma visão objectivista da ciência ou daqueles outros, menos suspeitos, que pretendem dissolver a autonomia relativa do campo científico pela crítica da «ordem científica».

Neste posicionamento epistemológico, procuramos não ceder às dicotomias reducionistas, de pendor excessivamente positivista ou racionalista, que separam, de modo demasiado estático, sujeito de objecto e análise de implicação na acção (Alaoui, 1994). A recusa de tais reducionismos justifica-se pelo facto de só ser possível teorizar as dimensões subjectivas e experienciais da investigação se se abandonar o tecnicismo e o formalismo na reflexão sobre as estratégias de investigação: as metodologias não são receituários de técnicas e de saberes operacionais; a estrutura social das relações sociais de investigação não existe independentemente da consciência, ainda que tácita e parcial, dos actores sociais envolvidos. Dito noutros termos, as dimensões experienciais do trabalho de campo só podem ser apreendidas pela teoria social se esta não for insensível a processos, dinâmicas e mudanças sociais.

Esta é uma orientação que julgamos não ter sido ainda suficientemente potenciada e desenvolvida para que esteja justificada a necessidade de apenas recorrer aos recursos de outros campos culturais como única solução para encontrar um código que permita falar sobre a experiência na construção da ciência.

## 2.2. O risco de redução etnocêntrica da análise

Historicamente situamos a origem das EEI na antropologia social. Fruto desta filiação, a etnografia pode ser descrita como a produção de conhecimentos por via intercultural, dado ser capaz de entender a diferença cultural pelo «efeito de espelho» que a desigualdade cultural projecta na consciência do investigador, face a um quotidiano observado e vivido diferentemente por um tempo prolongado (Wolcott, 1988),

Neste quadro, em que as EEI permitem apercebermo-nos que o homem é simultaneamente sujeito e objecto de análise, que significado atribuímos ao nosso título «objectivar o olhar sociológico»?

Mondhe Kilani (1994) dá-nos uma resposta, chamando a atenção para o facto de a etnografia ser um jogo de semelhanças e diferenças, de mediação entre a identidade e a diferenciação: o outro torna-se objecto porque é diferente mas essa diferença está referenciada aos contrastes culturais que o investigador percepção como sujeito. Segundo Kilani (*ibidem*: 14-15) esta mediação contém dois tipos de operações: traduzir a lógica do outro segundo as nossas (científicas) maneiras de expressão (problema de comunicação); compreendendo o outro, compreender-se a si, pelo contraste entre dois mundos (problema da distância).

Sintetizando, objectivar o olhar científico é não apagar as relações sociais e as operações cognitivas que permitiram ao investigador ganhar distância analítica, sem deixar de comunicar continuamente com os actores sociais ao nível do seu quotidiano de vivências, isto é, objectivar o olhar sociológico é combater o risco de redução etnocêntrica da análise.

Na nossa experiência de investigação etnográfica verificámos que a possibilidade de existir distância analítica ao lado do processo de interacção no terreno (a 1ª ruptura epistemológica, nos termos de Boaventura de Sousa Santos) não está simplesmente no facto de se abandonar as explicações espontâneas dos actores sociais (delas depende a comunicação em contexto), mas sim no facto de se ter que lidar com o problema do etnocentrismo: os autóctones fazem e pensam diferente daquilo que o investigador faria e pensaria se estivesse no lugar deles (*transposição física*), apesar de fazerem algo que aparentemente não deixa de ser familiar ao investigador. Algumas vezes parece fazer-se igual (aproximadamente) mas pensar-se diferente e noutros

momentos parece que se pensa igual mas faz-se diferente. Assim, há como que um jogo entre a familiaridade e a estranheza que parece convocar o investigador a ver-se ao espelho (numa imagem invertida de si). Com efeito, para lidar com o seu etnocentrismo, o investigador tem que questionar o diferente para o tornar comparável com o familiar questionar o familiar para não ajuizar negativamente o estranho (Costa, 1987).

Neste contexto, pensamos que a mimetização das práticas sociais mais comuns ao contexto em estudo não constitui, por si só, um recurso cognitivo para a interpretação da acção social. Tendencialmente a mimetização transforma-se muito mais numa estratégia para integrar mais facilmente o investigador no local, ou num instrumento para o investigador aperceber-se das especiais competências e qualidades dos locais nas suas vivências quotidianas. O recurso cognitivo mais eficaz para operar algum distanciamento epistemológico inicial (especialmente nos aspectos menos conscientes da acção) estará sempre nos sentimentos e nos comportamentos que operam por contraste entre a cultura de origem e de trajectória sociais do investigador e a cultura local (Atkinson e Hammersley, 1994; Geertz, 1986).

Este raciocínio de distanciamento é essencial, pois é dele que depende a nossa capacidade para nos compreendermos face ao desvio cultural existente com o objecto observado. Sem ele não teremos qualquer controlo consciente sobre o processo de comunicação no terreno, pois não desenvolveremos uma consciência prática sobre o modo como poderemos usar a linguagem verbal e corporal na comunicação contextual para poder: (1) limitar os efeitos do nosso etnocentrismo nas conotações valorativas (ex.: expressões depreciativas ou pouco valorizadoras da cultura local, etc.); (2) nas significações descontextualizadas (ex.: vocábulos não correntes, iguais vocábulos com outros significados e relações entre ideias julgadas absurdas pelos autóctones, etc.); (3) corresponder às regras informais de convivencialidade; (4) e aos temas de conversa que são valorizados, não correndo o risco de sermos despropositados ou questionarmos interdições Este problema cognitivo dá conta de um trabalho de autocensura do investigador que visa objectivar a sua subjectividade etnocêntrica, atitude que geralmente a antropologia designa como relativismo cultural.

Conceptualizámos este tipo de distanciamento cultural como o resultado duma *ruptura epistemológica por via experiencial* (Caria, 1994: 41-43), em que, contrariamente àquilo que está consagrado pela epistemologia racionalista, não é a

teoria que tem o comando das operações epistemológicas, mas sim o *conflito sócio-cognitivo*<sup>3</sup> que resulta do investigador estar confrontado com duas questões centrais: (1) não querer ajuizar a diferença e ao mesmo tempo não estar, ainda, na posse de hipóteses teóricas que expliquem as interpretações que os locais dão às suas condições de existência; (2) ter identificado problemas de acção, nos termos em que são definidos pelos locais, para os quais não tem uma tradução teórica que lhe permita interpretar a lógica de acção colectiva, ainda que experiencialmente esteja em condições de compreender as razões desses problemas.

Este primeiro tipo de ruptura pode ser analisado de modo mais complexo, se tomarmos em consideração que o etnocentrismo não existe só na mente do investigador.

Os autóctones tendem, num primeiro momento, a estigmatizar o estranho que chega, de acordo com as experiências anteriores que tiveram com agentes externos que procuraram familiarizar-se com o contexto (Cabral, 1983). Assim, o mais provável será os autóctones enquadrarem o investigador num estereótipo e apresentarem-se perante ele de uma forma homogénea (Caria, 1994: 47-51): dão uma representação oficial da sua identidade, através dos seus «porta-vozes» para o exterior, que será tanto mais coerente e sistemática (uniforme) quanto mais elevados forem os níveis de escolaridade dos «porta-vozes» do grupo.

Noutro trabalho (Caria, 1994), já procurámos pôr em evidência a importância de o investigador não ser passivo perante esta primeira apropriação simbólica da sua presença. Há que contrariar os estereótipos iniciais, através de condutas e atitudes que não sejam consideradas como típicas dos estranhos que servem de modelo interpretativo aos locais. Daí ser essencial alguma antecipação sobre os estereótipos mais prováveis, de modo a ter maior eficácia nesta «desconstrução» do esperado.

---

<sup>3</sup> Conceito desenvolvido pela psicologia cognitiva quando enfatiza a actividade consciente, selectiva e lógica do indivíduo na manipulação de objectos (de conhecimento): todo o acto de conhecimento sobre os objectos contém e obriga sempre a alguma reorganização (acomodação - componente qualitativa do novo) do já conhecido, em função da selecção activa que o sujeito faz sobre a informação recebida (assimilação - componente quantitativa do novo). Neste caso, trata-se de um conflito cognitivo que se inscreve num contexto de interacção social (daí ser sócio-cognitivo), em que o outro é fonte de desequilíbrios e contradições entre o que se julga saber e o que entretanto ocorre e não é esperado (Piaget, 1973; Pozo, 1993).

Conceptualizamos este trabalho de «desconstrução» das expectativas locais iniciais como correspondendo a uma *intervenção negativa do investigador*. Trata-se do investigador dar sinais duráveis, sistemáticos e regulares, através das suas atitudes de que: (1) os locais nada têm a temer do estranho porque este não é instrumento ou agente de outros, tidos como «inimigos» ou potenciais ameaças para o grupo; (2) o estranho deve merecer a curiosidade e abertura dos locais porque o seu comportamento gera incertezas (colectivas) sobre qual será a sua identidade real.

Verificámos (Caria, 1997a: 62-70) que a *intervenção negativa* consegue criar um efeito de surpresa que estimula a curiosidade das pessoas: elas passam a dirigir-se ao investigador espontaneamente, pois reconhecem que o que sabem não é suficiente para interpretar a identidade deste «novo estranho». A consequência é a de diluir a imagem uniforme oficial do grupo, revelando a pouco e pouco a heterogeneidade social local.

Não diremos que a estranheza é anulada porque trata-se apenas, nesta fase, de diluir os efeitos do etnocentrismo do grupo em estudo, viabilizando a possibilidade de diferentes indivíduos construírem com o investigador diferentes modalidades de relação, sem que tal tenha que passar pela mediação da hierarquia do grupo local ou pela mediação dos «porta-vozes» oficiais.

Em resumo, o combate à redução etnocêntrica da análise faz-se em dois planos: no modo como o investigador lida com a desigualdade cultural e, a partir daí, no modo como o grupo local lida com a estranheza. Em ambos os casos trata-se de construções cognitivas que estão na dependência directa dos processos de interacção social e que por isso não são interpretáveis apenas no plano estrutural das desigualdades simbólicas. Pelo contrário, todo o esforço de objectivação do olhar etno-sociológico está na capacidade do investigador actuar sobre a estruturada relação social de investigação e teorizá-la (a RSI) (Bourdieu, 1993).

### **2.3. O risco de redução realista da análise**

A teorização e a acção «desestruturante sobre as desigualdades simbólicas na RSI, mostram quanto o combate à redução etnocêntrica da análise sustenta um esforço de comunicação que, de parte a parte, ensaia a possibilidade de desenvolver atitudes interculturais, que, sem anularem as desigualdades, fazem emergir espaços e

oportunidades para aprendizagens mútuas, sem preconceitos (Iturra, 1987). Mostram ainda que existem oportunidades emergentes para mudar a estruturação inicial da interacção social na investigação. Neste contexto, objectivar o olhar sociológico é construir um objecto científico enquadrado num projecto transcultural de conhecimento (Kilani, 1994: 34).

Quando dizemos que as relações de desigualdade não são completamente anuladas é porque a possibilidade de desenvolver a interculturalidade decorre de uma pretensão universalista que é historicamente situada no ocidente e na cultura científica (*ibidem*: 17-20). Trata-se de um projecto de transculturalidade que é determinado pela mente racional do cientista, pois a interacção social inscrita na RSI está enquadrada pela intencionalidade de uma das partes de construir um conhecimento abstracto sobre um contexto particular e não pela necessidade de agir ou de ter competência para a acção nesse contexto.

Deste modo, o conhecimento construído não pode ter a pretensão realista de conter todo o contexto, todos os seus detalhes e expressões individualizáveis, mas apenas o que resulta da intercepção e das trocas culturais que, tendo sido influenciadas pela acção do investigador, são resultado de uma aprendizagem mútua entre as partes (cf. Piette, 1996). Assim, opta-se conscientemente por construir um objecto científico que resulta da parcialidade e da influência que o investigador produz sobre a consciência colectiva dos autóctones, abdicando de qualquer padrão de objectividade positivista decorrente das noções de neutralidade da observação ou de imparcialidade da explicação. Controlar a influência que exercemos sobre o objecto é começar por não a negar para, de seguida, passar a tirar partido dela (cf. Bali, 1990).

Esta opção intercultural exclui evidentemente qualquer ilusão romântica sobre a existência de um «investigador-camaleão» que poderia passar por ser o «outro» (Caria, 1997a: 129-132; Maanen, 1995). A investigação etnográfica participa activamente na construção daquilo que é a definição social do «outro», dada pelo próprio (Fine, 1994).

De acordo com a nossa experiência de investigação etnográfica, à medida que a redução etnocêntrica da análise vai sendo superada, o investigador vai conseguindo criar à sua volta um clima amistoso de convívio e de relações interpessoais fáceis, que vão silenciando qualquer tipo de hostilidades e antipatias pois se a maioria do grupo

local decidiu aceitar a presença do investigador, os restantes tendem a seguir a conduta dominante.

A partir daí entra-se numa nova fase que indica a *informalização da RSI*, porque foram diluídos os aspectos mais formais do convívio social entre as partes e porque foram construídas uma linguagem verbal e não verbal comuns, capazes de suportar um processo continuado de comunicação. Esta nova fase apresenta riscos de redução realista da análise que importa clarificar.

Sem entrar no pormenor de todos os pequenos passos que se podem dar (cf. Caria, 1997a: 70-110; Boumard, 1990; Portela, 1985; Estanque, 1997), podemos dizer que a informalização da RSI conduz à banalização da presença do investigador: ele deixa de despertar a curiosidade das pessoas, passando cada um a fazer uma interpretação diversa do interesse, oportunidade e utilidade do investigador no local. Este efeito poderá levar a que se corra o risco de se gerar alguma indiferença e algum desinteresse face à investigação, conduzindo a que as «trocas culturais» sejam obstaculizadas. Em qualquer caso, esta banalização evidencia a integração social do investigador no contexto em estudo.

A integração social é evidenciada na apropriação social da acção do investigador, pela sua adopção diferenciada na solicitação para a realização de diferentes tipos de tarefas e papéis, reconhecidos como socialmente úteis ao grupo. Assim, de forma desigual, diferentes sectores do grupo procuram tirar partido da presença do investigador, desenvolvendo algum tipo de cumplicidade ou criando algum tipo de afinidade, que permita dar de si uma «boa imagem» ao «novo membro» e torná-lo um aliado nos conflitos simbólicos que atravessam o quotidiano local ou nos conflitos de interesses que têm com outros grupos sociais. Neste quadro, é essencial que face aos conflitos e tensões existentes o investigador cultive uma conduta ambivalente, pois é necessário que a confiança pessoal de uns não iniba a confiança de outros (cf. Estanque, 1997) e que a expressão dos nossos valores e interesses comuns de cidadão não excluam sectores do grupo da RSI. É como se tivéssemos que fazer uma análise que vê a realidade «de dentro» e, simultaneamente, parecer estar fora, para poder estar próximo de todos (Jackson, 1995). No entanto, esta capacidade para ver e falar «de dentro» é sempre determinada por aquilo que o grupo deixa ver e admite falar (Costa, 1987). Pois pensamos a EEI numa finalidade intercultural e não realista de análise.

Nesta situação há riscos de interacção selectiva e de pobreza de trocas culturais na interacção social que importa prevenir: existem sectores do grupo social em estudo que manifestam uma excessiva dependência face ao investigador (reproduzem a estrutura de desigualdades simbólicas), procurando descrever situações e pedir conselhos mais do que «fazer-se ouvir» ou clarificar posições e atitudes próprias; existem outros sectores que mantêm alguma reserva pessoal no relacionamento, porque duvidam sobre o interesse que poderá ter o quotidiano de vida de um grupo para a ciência, procurando olhar e ouvir mais do que ser olhado e falar. Ambos esperam que o investigador desempenhe algum papel legitimador ou tutelar face às construções simbólicas sobre o real.

No primeiro caso, a familiaridade pessoal evolui para uma afinidade cultural em torno de interesses e valores sociais comuns. Com base na nossa experiência de investigação, concluímos que a excessiva dependência apenas pode ser combatida com algum êxito se o investigador mostrar, como qualquer outro cidadão mais humilde nas suas convicções, que não tem certezas e que é ignorante sobre diversos assuntos. Deste modo, conseguimos mais uma vez surpreender o grupo e assim combater os efeitos perversos da banalização (indiferença, desinteresse e interacção selectiva). Comportamo-nos de modo a não sermos identificados com determinados sectores, levando a que outros, com uma mundovisão diversa, se sintam «convidados» a conviver no quotidiano com o investigador, particularmente aqueles que ainda manifestam reservas no relacionamento pessoal. Podemos estar a gorar as expectativas positivas criadas pelos sectores que nos são mais próximos no plano ideológico, mas tal é um preço a pagar se queremos construir um conhecimento intercultural.

No segundo caso, a criação de uma familiaridade pessoal é dificultada. Neste ponto há que encontrar o modo de fazer entender que os saberes e fazeres comuns e colectivos têm um valor e uma dignidade que pela sua diferença e razões práticas se tornam socialmente relevantes e por isso passíveis de serem objecto de análise científica.

Após alguns passos seguros em contrariar a banalização da presença do investigador e depois de nos termos aproximado, na fase anterior do trabalho de campo, de uma ideia de homogeneidade cultural do grupo (produto da versão oficial que é dada dum «nós» para os estranhos), ocorre um outro fenómeno: somos «bombardeados» com

a heterogeneidade social, isto é, dá-se uma individualização da RSI. Cada um apresenta-se naquilo que tem de mais diferenciador dos restantes indivíduos, chegando a evidenciar os exotismos locais, como se todos não fizessem parte de um contexto que regula as condutas na interacção social ou como se não existissem normas sociais e padrões de acção que assegurassem a sobrevivência dum sentimento de pertença a algo comum.

Ainda com base na nossa experiência de investigação, julgamos que a melhor forma de contrariar esta tendência para a individualização da RSI estará no facto de o investigador orientar a sua atenção e diálogo com os autóctones para dois planos: (1) o entendimento da estruturação social do grupo no local; (2) o desenvolvimento de uma consciência discursiva do que se constitui como problema do quotidiano para o grupo.

No primeiro plano trata-se de centrar a atenção sobre as hierarquias e as autoridades, sobre as desigualdades de uso dos recursos e das regras sociais, sobre as tensões, as facções e os conflitos, sobre os consensos, os rituais e o sentido prático das coisas e das situações, e sobre as legitimidades e os processos de socialização dos mais novos nas atitudes face a tudo aquilo que é definido como exterior (fora do «nós»). Em síntese, conseguir perceber e convocar os locais a falarem sobre a sua identidade colectiva, sobre o modo como é que a pluralidade de ideias e de acções individuais é limitada e reelaborada simbolicamente pela tradição e acção colectiva.

No segundo plano trata-se de entender o sentido que o grupo dá aos constrangimentos da acção colectiva e aos acontecimentos não esperados que se constituem como zonas problemáticas do quotidiano. Neste quadro, identificam-se os valores e princípios de acção que são consensuais e as divergências criadas na sua actualização da tradição face às solicitações das novas conjunturas e das novas gerações. Assim, estimula-se o desenvolvimento de um discurso sobre aquilo que, no plano da consciência prática dos actores sociais, é objecto implícito de discórdias e tensões com «o exterior», isto é, com outros grupos sociais ou instâncias de decisão organizacional. Pretende-se que esse discurso sobre os problemas da acção social seja objecto de reflexão e análise do grupo, evitando que ele seja apenas um discurso para o investigador.

No quadro destes pressupostos, a objectivação do olhar sociológico passa a depender da intervenção do investigador sobre o grupo social em estudo, pois no

desenvolvimento de um discurso sobre a identidade colectiva e sobre os «problemas» quotidianos, o investigador convoca os actores sociais a pensarem para além das urgências do dia a dia e para além daquilo que tinha sido explicitamente pensado até aí por eles mesmos.

O investigador intervém formativamente sobre a consciência desigual e colectiva do grupo, percebendo-se deste modo como é que as aprendizagens funcionam nos dois sentidos: o investigador é socializado pelo grupo, ao conseguir informalizar a relação social, enquanto alguns sectores do grupo são socializados pelo investigador, aproximando-se da perspectiva dada pelo olhar sociológico.

Não se trata de pretender tornar consciente algo de que os indivíduos são inconscientes. Trata-se de tornar mais público, mais explícito e mais formalizado o pensamento, as atitudes, os sentimentos e a linguagem do grupo sobre as suas condições históricas e institucionais de existência, prolongando a consciência prática que já existe. A explicitação de atitudes e de sentimentos decorrem directamente da especificidade do modo como concebemos que a etnografia cria condições para entender a cultura do outro: compreender o outro não é substituí-lo nas suas práticas e esperar ter a mesma consciência prática das suas condições de existência (*transposição física*); é implicar-se com o objecto de modo a compreender que as atitudes e sentimentos diferentes (das nossas naquele contexto) também já foram experienciados por nós noutros contextos (*transposição intercontextual*) (Caria, 1997a: 81-87). Construimos conhecimento pela influência que conseguimos produzir sobre a consciência prática e colectiva dos locais para responderem a uma intencionalidade que lhes é parcialmente exterior: a de explicar e interpretar a realidade através de uma linguagem abstracta com valor generalista.

A possibilidade de existirem sectores do grupo que se aproximam da racionalidade científica, manifestando por exemplo disposições para desenvolver uma racionalização estratégica e reflexiva da sua cultura<sup>4</sup>, cria condições favoráveis para que se possa construir um conhecimento que tenderá a articular-se mais facilmente com o senso comum dos actores sociais. Estes sectores assumir-se-ão como «intelectuais» do local e por isso terão relações privilegiadas com o investigador, ainda que, como vimos atrás, possam ter orientações ideológicas e valores diferentes dos do investigador. Neste

---

<sup>4</sup> Sobre o conceito de racionalização da cultura e suas implicações estratégicas e reflexivas, cf. Caria (1997a: 151-174; 295-320).

contexto, constrói-se teoria social para interpretar e explicar a realidade, sem excluir as definições das situações, as categorias de linguagem em uso no local e os conflitos na acção que tornam dilemática a orientação simbólica a dar à acção colectiva, isto é, a teoria contém como indicadores operacionais das suas construções mais abstractas o sentido social comum («sensocomuniza» a teoria).

É neste quadro que conceptualizámos a existência de um processo de *culturalização da RSI* (Caria, 1994: 54-58). Podemos considerar que este processo social permite: (1) que se fale e se reflecta sobre o que inicialmente apenas existe na consciência prática dos actores sociais, combatendo-se o risco de redução realista da análise; (2) o investigador confronte sectores do grupo com a diversidade de práticas e crenças existentes no local e com a sua perspectiva de análise, sem que estes se inibam de expressar dúvidas e de legitimar as posições do grupo face ao exterior.

Em conclusão, a intervenção do investigador no local decorre do facto de este ser utilizado como um recurso reflexivo para permitir aos actores sociais «pensarem em voz alta» sobre as possibilidades actuais e emergentes de acção, dentro dos constrangimentos e regras sociais existentes, e não como recurso ideológico que funcione como um qualquer tipo de «porta-voz» do grupo na defesa de interesses sociais particulares de mudança social. Assim, diluímos os riscos de redução realista da análise porque não temos a pretensão de conhecer à distância, reproduzindo a RSI como um dado imutável, e porque não caímos na ilusão de julgar a informalização da RSI como uma anulação das desigualdades simbólicas.

Esta linha de raciocínio permitir-nos-á ir mais longe no entendimento das lógicas de acção quotidianas, pois, segundo Louis Pinto (1996), estaremos em melhores condições de perceber as práticas sociais subordinadas, não ficando reduzidos à análise do efeito de dominação que resulta da relação negativa que os dominados têm com o que não possuem.

Como o objectivo principal continua a ser o de produzir conhecimentos sobre a realidade teremos que considerar que a intervenção e influência do investigador no local têm limites. A *relação de implicação* que o investigador constrói com o grupo não o conduz inevitavelmente ao ponto de se tornar o centro dos processos de interacção social ou de pretender mostrar a necessidade de mudar a realidade social. A utilidade que os actores sociais atribuíram à presença do investigador deve permanecer na

informalidade e na periferia do grupo. De contrário, o grupo desenvolverá a expectativa de que o investigador desempenha um papel tutelar ou legitimador da acção social, comprometendo a conceptualização da EEI como um projecto de partilha e de consciencialização dos limites das racionalidades em presença.

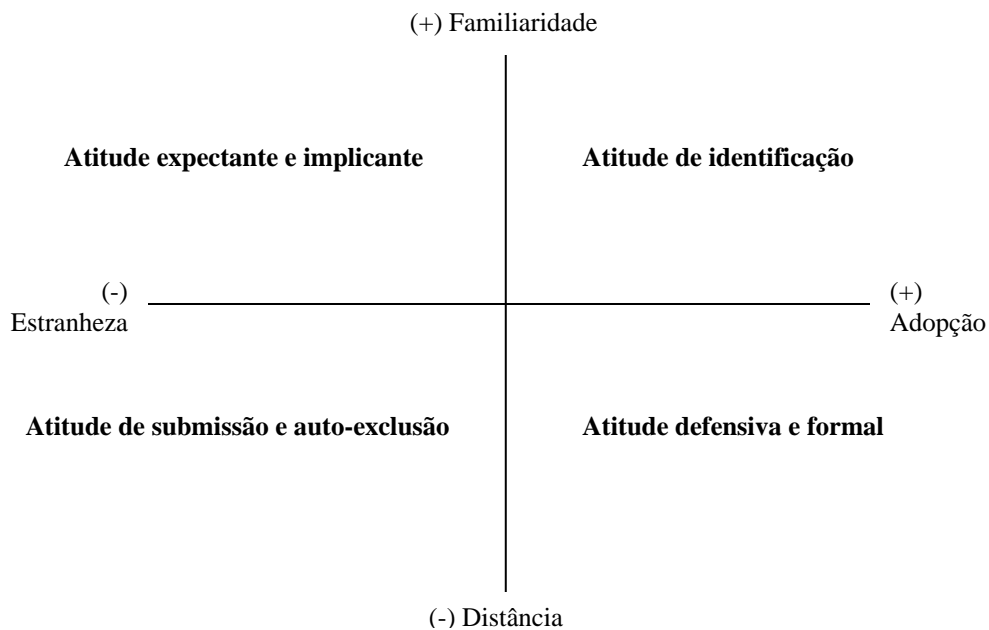
Em rigor, para podermos ser mais fiéis à acção desenvolvida no nosso trabalho de campo, poderíamos descrever a EEI como uma *interpretação implicada* e não como uma observação participante. O investigador não se limita a observar, intervém e interage no quotidiano local em múltiplas actividades, a fim de poder interpretar globalmente a acção social e não apenas registá-la (cf. Sperber, 1992: 26-37; Casal, 1996: 105-125). A interacção na investigação revela uma implicação (uma parcialidade, uma auto-reflexão, uma compreensão emocional de um sentido social) e não tanto uma participação em maior ou menor grau. A conceptualização de uma relação de implicação não trata de saber qual o grau de intervenção do investigador sobre a realidade (Woods, 1990a; Geertz, 1991), mas sim de saber qual o efeito produzido pela acção do investigador sobre as capacidades reflexivas e interpretativas dos autóctones sobre o seu quotidiano (Woods, 1990b).

É esta especificação do tipo de intervenção do investigador - que reproduz sob outras formas a intervenção negativa que atrás referimos - que, julgamos, permite distinguir a etnografia da investigação-acção, como metodologia de investigação.

### **3. Modelo de interpretação da EEI**

Com base nesta abordagem pudemos chegar a um modelo de análise da EEI (cf. Caria, 1997a: 52-110) que sistematizamos nas duas figuras que se seguem. Na Figura 1 concretizam-se os processos sociais que podem teorizar uma relação social de investigação (RSI). Na Figura 2 formaliza-se o faseamento da EEI que descrevemos, dando conta do processo de objectivação do olhar sociológico pelo desenvolvimento da hetero-reflexividade.

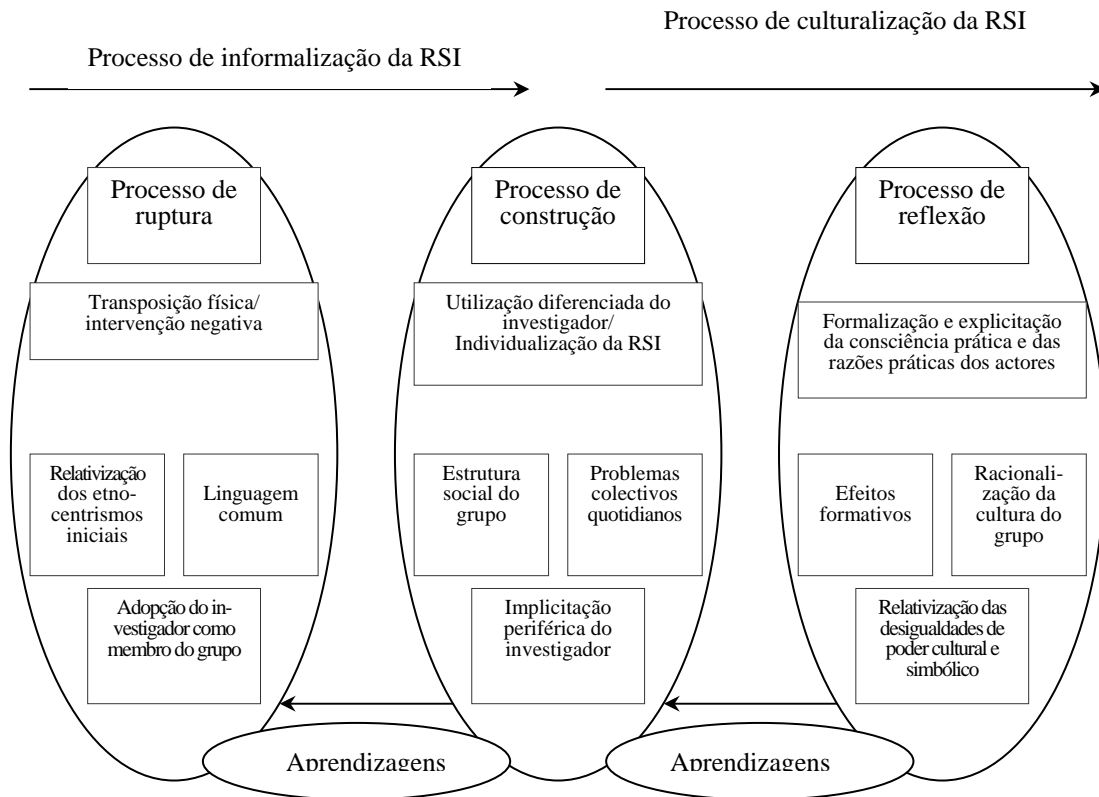
**Figura 1. Atitudes face ao processo de investigação**



A Figura 1 cruza as duas dimensões identificadas: os processos de informalização da RSI (na horizontal) e os processos de culturalização da RSI (na vertical). Cada quadrante corresponde a uma atitude diferenciada do grupo social em estudo face à investigação. Por comodidade de apresentação não entraremos no pormenor da explicação do modo como operacionalizámos estas dimensões de análise.

A mesma figura permite evidenciar a existência de um espaço de variação da informalização (estranheza total à adopção) e da culturalização da RSI (distância à familiaridade cultural). Mostra, ainda, que não existe uma associação automática entre informalização e culturalização: (1) uma grande proximidade pessoal, com trocas quotidianas de conversas e atenções, não se traduz necessariamente numa aprendizagem da lógica científica de investigação com efeitos formativos sobre a consciência prática; (2) uma relativa estranheza pela «frieza» na relação interpessoal, pode, posteriormente não inviabilizar uma aproximação à lógica da investigação e mostrar, pelo contrário, uma independência de acção e pensamento face à lógica e à mundovisão do investigador. Em resumo, a Figura 1 permite-nos ter uma visão diacrónica da estrutura da RSI, dando conta do modo como os processos de interacção podem actuar sobre a estrutura.

**Figura 2. Processo intercultural de investigação etnográfica**



A Figura 2 organiza-se em torno da identificação dos três actos epistemológicos de investigação. Trata-se duma conceptualização que formalmente está bastante próxima da perspectiva epistemológica racionalista (Almeida e Pinto, 1980). No entanto, introduzimos algumas correcções, pois concordamos com António F. da Costa (1987) quando este refere que a investigação etnográfica tem especificidades que exigem que se repense o faseamento do trabalho científico e mesmo (acrescentamos nós) o sentido dos actos. Assim, a ruptura epistemológica é concebida na sua dimensão experiencial de relativização dos etnocentrismos iniciais; a construção é referenciada à implicação e envolvimento do investigador com o quotidiano do grupo social em estudo; a constatação é recusada em favor de um acto epistemológico em que os dados são recolhidos pela estimulação da reflexividade dos actores sociais em presença.

Ao resumir a totalidade do modelo de acção proposto, a Figura 2 identifica (dentro das elipses) o constructo auxiliar destinado a permitir teorizar a RSI que se

desenvolve, como descrevemos ao longo deste texto, a partir da reflexão sobre como evitar a redução etnocêntrica, realista e intervencionista da análise.

Em resumo, o conjunto das duas figuras apresentadas identificam os dois processos sociais que permitem actuar sobre a RSI (informalizar e culturalizar) e os três actos epistemológicos (ruptura, construção e reflexão) que permitem identificar uma metodologia de investigação que coloca no seu centro de preocupações a pergunta sobre a quem se destina a ciência que se produz.

## **Referências Bibliográficas**

- Alaoui, Driss, 1994. «L'observateur impliqué», *Pratiques de Formation*, 28, 87-95.
- Almeida, João F., 1992. «Trabalhar em Sociologia, ensinar em Sociologia», *Sociologia - Problemas e Práticas*, 12, 187-200.
- Almeida, João F.; Pinto, José Madureira, 1980. *A investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.
- Associação Portuguesa de Sociologia, 1999. *A sociologia e o ensino secundário*. Oeiras: Celta.
- Atkinson, Paul; Hammersley, Martyn, 1994. «Ethnography and Participant Observation», in Denzin; Lincoln (orgs.), *Handbook of Qualitative Research*. New York: Sage, 248-261.
- Ball, Stephen, 1990. «Soft-cioubt and Soft Data - Social and Technical Trajectories in Ethnographic Fieldwork», *Qualitative Studies in Education*, III (2), 157-171.
- Bournard, Patrick, 1990. «Pour introduire à l'ethnographie de l'école», *Pratiques de formation*, 20, 15-32.
- Bourdieu, Pierre, 1993. «Comprendre», in *La misère du monde*. Paris: Seuil, 903-939.
- Bourdieu, Pierre; Wacquant, Loic, 1992. *Réponses*. Paris: Seuil.
- Burguess, Robert, 1997. *A pesquisa de terreno - uma introdução*. Oeiras: Celta.
- Cabral, João de Pina, 1983. «Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa», *Análise Social*, vol. XIX (76), 327-339.
- Caria, Teimo H., 1992a. «As finalidades sociológicas da educação na formação de professores», in Stoer; Esteves, *A Sociologia na Escola*. Porto: Afrontamento, 259-173.
- Caria, Teimo H., 1992b. «Perspectivas sociológicas sobre o conceito de educação e a diversidade das pedagogias», *Sociologia - Problemas e Práticas*, 12, 171-184.
- Caria, Teimo H., 1994. «Prática e aprendizagem da investigação sociológica no estudo etnográfico numa escola básica 2.3.», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 41, 35-62.
- Caria, Teimo H., 1995. «Debater a Sociologia da Educação em Portugal», *Forum Sociológico*, 6, 33-48.

- Caria, Teimo H., 1997a. *O uso do conhecimento em contexto de trabalho - estudo etno-sociológico da cultura dos professores na conjuntura da reforma educativa (1992/194)*. Vila Real: UTAD (versão policopiada de tese de doutoramento; encontra-se outra versão para publicação em edição da Fundação Calouste Gulbenkian).
- Caria, Teimo H., 1997b. «Leitura sociológica de uma experiência de investigação etnográfica», *Sociologia - Problemas e Práticas*, 25, 125-138.
- Caria, Teimo H., 1997c. Recensão ao livro de Augusto Santos Silva «Tempos cruzados, um estudo interpretativo da cultura popular», *Educação, Sociedade & Culturas*, 7, 187-189.
- Carreiras, Helena; et al., 1999. *Profissão sociólogo*. Oeiras: Celta.
- Casal, Adolfo Y., 1996. *Para uma epistemologia do discurso da prática antropológica*. Lisboa: Cosmos.
- Casanova, José Luís, 1996. «Campo sociológico e publicação: a revista sociologia, problemas e práticas», *Sociologia - Problemas e Práticas*, 20, 131-168.
- Costa, António F., 1987. «A pesquisa de terreno em Sociologia», in Pinto, José Madureira; Silva, Augusto S. (orgs.), *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento, 129-148.
- Costa, António F., 1988. «Cultura profissional dos sociólogos», *Sociologia - Problemas e Práticas*, 5, 107-124.
- Estanque, Elísio, 1997. «Dilemas da observação participante: notas sobre uma experiência na linha de montagem», *Oficina do CES*, 95.
- Estanque, Elísio; Mendes, José Manuel, 1997. *Classes e desigualdades sociais em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Fine, Michelle, 1994. «Working the Hyphens», in Denzin; Lincoln (orgs), *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, 70-82.
- Geertz, Clifford, 1986. *Savoir local, savoir global*. Paris: PUF.
- Geertz, Clifford, 1991. *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa.
- Guerreiro, Maria das Dores, 1987. «Questões pedagógicas no ensino da pedagogia», *Sociologia - Problemas e Práticas*, 20, 51-65.
- Iturra, Raúl, 1987. «Trabalho de campo e observação participante», in Pinto, José Madureira; Silva, Augusto S. (orgs.), *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento, 149-163.
- Jackson, Jean E., 1995. «"Déjà Entendu" - The Liminal Qualities of Anthropological Fieldnotes», in Maanen, John Van (org.), *Representation in Ethnography*. London: Sage, 36-78.
- Kilani, Mondher, 1994. *L'invention de l'autre*. Lausanne: Payot.
- Lapassade, George, 1990. «La méthode ethnographique», *Pratiques de Formation*, 20, 119-130.
- Lapassade, George, 1990. *L'ethno-sociologie - les sources anglo-saxonnes*. Paris: Méridiens Klincksieck.

- Lobo, Cristina, 1996. «Os congressos de Sociologia em Portugal», *Sociologia - Problemas e Práticas*, 20, 113-130.
- Lourau, René, 1988. *Le journal de recherche: matériaux d'une théorie de l'implications*. Paris: Méridiens-Klincksiek.
- Maanen, Jonh Van, 1995. «The End to Innocence - the Ethnography of Ethnography», in *idem* (org.) *Representation in Ethnography*. London: Sage, 1-35.
- Machado, Fernando Luís, 1993. «O ensino da Sociologia: entre a ciência e a profissão», *Cadernos de Ciências Sociais*, 12, 81-105.
- Machado, Fernando Luís, 1996. «Profissionalização dos sociólogos em Portugal - contextos, recomposições e implicações», *Sociologia - Problema e Práticas*, 20, 43-103,
- Morin, Edgar, 1994. *Ciência com consciência*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Nunes, João Arriscado, 1996, «Transição paradigmática, pós-modernismo crítico e teoria social», *Oficina do CES*, 81.
- Perrot, Martyne; Soudière, Martin, 1994. «L'écriture dans les sciences de l'homme», *Communications*, 58, 5-19.
- Piaget, Jean. 1973. *Biologia e conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Piette, Albert, 1996. *Ethnographie de l'action - l'observation des détails*. Paris: Métailié.
- Pinto, José Madureira, 1984a. «Epistemologia e didáctica da sociologia», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14, 47-76.
- Pinto, José Madureira, 1984b. «Questões de metodologia sociológica I», *Cadernos de Ciências Sociais*, 1, 5-42.
- Pinto, José Madureira, 1985a. «Questões de metodologia sociológica II», *Cadernos de Ciências Sociais*, 2, 11-40.
- Pinto, José Madureira, 1985b. «Questões de metodologia sociológica III», *Cadernos de Ciências Sociais*, 3, 133-156.
- Pinto, José Madureira, 1992. «Abertura do 2º Congresso de Sociologia», *Sociologia - Problemas e Práticas*, 11, 181-190.
- Pinto, José Madureira, 1994. *Propostas para o ensino das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Pinto, Louis, 1990. «Experience vécue et exigences scientifique d'objectivité», in *Initiation a la pratique sociologique*. Paris: Dunod, 7-52.
- Portela, José, 1985. «Observação participante - reflexões sobre uma experiência», *Cadernos de Ciências Sociais*, 3, 157-176.
- Pozo, J. L., 1993. *Teorias cognitivas del aprendizaje*. Madrid: Morata.

- Resende, José M.; Vieira, M. Manuel. 1993. «A desconstrução de uma prática: do saber ao fazer em Sociologia da Educação», *Forum Sociológico*, 2, 147-167.
- Resende, José M.; Vieira, M. Manuel. 1995. «Debater Sociologia em Portugal - uma resposta», *Forum Sociológico*, 6, 51-68.
- Ruivo, Manuel S., 1987. «O sociólogo na gestão da empresa - da estratégia à capacidade táctica», *Sociologia - Problemas e Práticas*, 2, 91-104.
- Santos, Boaventura de S., 1987. *Um discurso sobre a ciência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de S., 1989. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos, 1987. «O sociólogo como técnico e agente de desenvolvimento», *Sociologia - Problemas e Práticas*, 3, 67-72.
- Silva, Augusto Santos, 1984. «A paixão segundo São Torcato», *Sociologia - Problemas e Práticas*, 13, 9-17.
- Silva, Augusto Santos, 1984. Resposta a resenhas de João Arriscado Nunes e Teimo Caria sobre o livro «Tempos cruzados, um estudo interpretativo da cultura popular», *Educação, Sociedade & Culturas*, 8, 189-191.
- Sperber, Dan, 1992. *O saber dos antropólogos*. Lisboa: Edições 70.
- Stoer, Stephen; Esteves, Antonio, 1992. *A sociologia na escola - professores, educação e desenvolvimento*. Porto: Afrontamento.
- Valente, Isabel, et al. 1990. *Experiências e papéis profissionais dos sociólogos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Viegas, José M.; Costa, António, F., 1998. Portugal, que modernidade? Oeiras: Ceita.
- Wolcott, Harry, 1988. «Mirrors, Models and Monitors - Educator Adaptations of the Ethnographic Innovation», in Spindler, G.D. (org.), *Doing the Ethnography of Schooling - Educational Anthropology in Action*. Illinois: Waveland Press, Stanford University, 68-91.
- Wolcott, Harry, 1995. *The Art of Fieldwork*. Walnut Creek: Altamira Press.
- Woods, Peter, 1990a. «Reflexions sur quelques aspects de l'ethnographie interactionniste de Vécole», *Pratiques de Formation*, 20, 169-176.
- Woods, Peter, 1990b. *L'ethnographie de l'école*. Paris: Armand Colin.